



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **RECURSO N.º 284, DE 2018**

**(Do Sr. Vicentinho)**

Recurso contra a decisão que declarou a prejudicialidade do Projeto de Lei nº 6.142/2009, a inclusão de motoristas e cobradores no regime geral de jornada de trabalho.

**DESPACHO:**

SUBMETA-SE AO PLENÁRIO, APÓS TER SIDO OUVIDA A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA, NOS TERMOS DO ART. 164, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO. PUBLIQUE-SE.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 164, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho apresentar o presente Recurso contra a decisão que declarou a prejudicialidade do Projeto de Lei 6.142/2009, de minha autoria, que regulamenta o regime da jornada de trabalho de motoristas e cobradores com mecanismos específicos de aferição, conforme desenvolvam trabalho externo com rota determinada ou pela quilometragem dos veículos usados para o trabalho, bem como daqueles que acumulam as funções. Note-se que esse objeto jamais foi alvo das legislações referidas no despacho de V.Exa. que motivou a declaração de prejudicialidade na tramitação do projeto em questão, em face da qual recorro, na confiança de que seja reconhecida a inadequada aplicação da decisão ao projeto aqui referido.

### JUSTIFICAÇÃO

A justificativa da prejudicialidade da proposição funda-se na vigência das Leis nº 13.429/2017 e 13.467/201, que implementaram mudanças na legislação trabalhista não alcança as exceções ao regime geral de jornada de trabalho, em função da impossibilidade de aferir-se com segurança a duração do trabalho prestado.

A dita reforma trabalhista não teve por objeto o tema central do projeto de lei de minha autoria que visa estabelecer mecanismos específicos de aferição do regime da jornada de trabalho de motoristas e cobradores, quando desenvolvem trabalho externo com rota determinada ou pela quilometragem dos veículos usados para o trabalho, bem como daqueles que acumulam as funções.

Pelo exposto, é o presente recurso para que seja retomada de tramitação do PL 6142/2009, por seu objeto ser distinto dos temas tratados na legislação citada na decisão de V.Exa, sendo fundamental que o Parlamento permaneça debatendo o tema de interesse social.

Brasília, 27 de fevereiro de 2018.

Dep. Vicentinho – PT/SP

## PROJETO DE LEI N.º 6.142, DE 2009 (Do Sr. Vicentinho)

Altera o art. 62 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a inclusão de motoristas e cobradores no regime geral de jornada de trabalho.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-3783/2004

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 62 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 62. Não são abrangidos pelo regime previsto neste capítulo:

I - os empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, desde que tal condição seja obrigatoriamente anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social e no registro de empregados;

II - os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão, aos quais se equiparam, para efeito do disposto neste artigo, os diretores e chefes de departamento ou filial.

§ 1º O regime previsto neste capítulo será aplicável:

I - aos empregados mencionados no inciso II do *caput* deste artigo, quando o salário do cargo de confiança, compreendendo a gratificação de função, se houver, for inferior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de 40% (quarenta por cento);

***II - aos motoristas e cobradores, que desenvolvam trabalho externo com rota determinada ou pela quilometragem dos veículos usados para o trabalho. (NR)***

***§ 2º - No caso de empregado motorista como também do cobrador, o disco tacógrafo poderá servir como meio de controle de jornada."***

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A limitação da jornada de trabalho é uma das mais importantes conquistas do trabalhador. Jornadas estendidas e ilimitadas, além de um atentado à saúde e higiene do trabalho, constituem uma diminuição indevida e intolerável à remuneração devida ao empregado, já que geralmente excluem o pagamento de horas extras.

O art. 62 da CLT, que ora se altera, insere compreensíveis exceções ao regime geral de jornada de trabalho, em função da impossibilidade de aferir-se com segurança a duração do trabalho prestado. Entre as exceções legais está o trabalho externo intrinsecamente incompatível com o controle de jornada. Todavia, esse dispositivo gerou abusos em relação aos empregados em trabalho externo, sujeitando-os a jornadas estafantes, sem pagamento de horas extras.

A jurisprudência e a doutrina dedicaram-se a construir os marcos precisos para delimitar os meios indiretos de controle e determinar o pagamento das horas extras. Sendo pacificada a questão entre os operadores do direito, cabe à Lei incorporar esses elementos de controle de jornada do empregado em trabalho externo e garantir-lhe a proteção conferida aos demais empregados.

Por ser socialmente justo e juridicamente necessário conferir tratamento

isonômico a esses empregados, apresentamos este Projeto de Lei e contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 2009.

Deputado Vicentinho  
(PT-SP)

**REQUERIMENTO Nº 7805, DE 2017**  
**(do Sr. Rogério Marinho)**

Requer o arquivamento de proposições que visam alterar a Reforma Trabalhista e a Lei de Terceirização.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos artigos 117, caput, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o arquivamento das proposições legislativas que tem por objetivo modificar a Lei nº. 13.467, de 13 de julho de 2017 – Reforma Trabalhista, e outros dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como, propostas que tenham por objetivo modificar a Lei nº. 13.429, de 31 de março de 2017 e a regulamentação da terceirização.

Os projetos de lei que tratam dos temas acima mencionados e aos quais se solicita o arquivamento são a seguir elencados:

<b>Tipo de proposição</b>	<b>Nº/ Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Tramitação</b>	<b>Tema</b>	<b>Apensados</b>
PL	<a href="#">4193/2012</a>	IRAJÁ ABREU	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Acordo Coletivo	PL 7341/2014
PL	<a href="#">3991/2012</a>	Comissão de Legislação Participativa	Sujeita à apreciação do Plenário	Acordo Coletivo	
PL	<a href="#">3833/2012</a>	GERALDO RESENDE	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">8294/2014</a>	FÁBIO RAMALHO	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Acordo Coletivo	
PL	<a href="#">7824/2014</a>	VICENTINHO	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">7549/2014</a>	GORETE PEREIRA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Judiciário	PL 565/2015
PL	<a href="#">6986/2013</a>	ADEMIR CAMILO	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Modalidades de Contratação	
PL	<a href="#">6742/2013</a>	Amauri Teixeira - PT/BA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Judiciário	PL 6897/2013
PL	<a href="#">6496/2013</a>	SUG 80/2013 CLP	Sujeita à apreciação do Plenário	Trabalhista	

<b>Tipo de proposição</b>	<b>Nº/ Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Tramitação</b>	<b>Tema</b>	<b>Apensados</b>
PL	<a href="#">6411/2013</a>	CARLOS BEZERRA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Acordo Coletivo	PL 6322/2016
PL	<a href="#">6007/2013</a>	Comissão de Legislação Participativa	Prioridade - Sujeita à apreciação do Plenário	Modalidades de Contratação	
PL	<a href="#">5347/2013</a>	GORETE PEREIRA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Judiciário	
PL	<a href="#">4587/2012</a>	Professor Victório Galli - PSC/MT	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">3146/2015</a>	ROMERO JUCÁ	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Judiciário	PL 1939/2007; PL 7448/2010; PL 2362/2011; PL 3223/2012
PL	<a href="#">2409/2011</a>	ROBERTO BALESTRA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">1686/2011</a>	Antônio Roberto - PV/MG	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	PL 2187/2011
PL	<a href="#">986/2011</a>	CARLOS BEZERRA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">6706/2009</a>	PAULO PAIM	Sujeita à apreciação do Plenário	Sindicatos e Associações	PL 4430/2008, PL 5193/2009; PL 5401/2009, PL 5684/2009; PL 5996/2009, PL 1989/2011; PL 5622/2009, PL 6952/2010; PL 7247/2010, PL 4797/2012; PL 6148/2016, PL 1689/2011; PL 144/2015, PL 3069/2015; PL 3166/2012, PL 2189/2015; PL 5149/2016, PL 4814/2016; PL 6708/2009, PL 5499/2013; PL 8060/2014, PL 2871/2015; PL 804/2011, PL 870/2015; PL 5244/2016, PL 5795/2016;
PL	<a href="#">7679/2010</a>	ARNALDO FARIA DE SÁ	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Judiciário	PL 773/2011
PL	<a href="#">483/2011</a>	PAULO PAIM	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	

<b>Tipo de proposição</b>	<b>Nº/ Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Tramitação</b>	<b>Tema</b>	<b>Apensados</b>
PL	<a href="#">6431/2009</a>	CARLOS BEZERRA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Judiciário	PL 4247/2012, PL 5816/2016,
PL	<a href="#">4763/2009</a>	CARLOS BEZERRA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">3831/2008</a>	VALDIR COLATTO	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">6356/2005</a>	VICENTINHO	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	PL 5232/2009, PL 5353/2009
PL	<a href="#">5423/2009</a>	CARLOS BEZERRA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Judiciário	
PL	<a href="#">4705/2012</a>	CARLOS BEZERRA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	PL 7989/2014
PL	<a href="#">7443/2010</a>	MARCELO CRIVELLA	Sujeita à apreciação do Plenário	Tributário	PL 7037/2010, PL 7037/2010, PL 7658/2010, PL 4891/2012, PL 2852/2015, PL 6178/2016
PL	<a href="#">688/1999</a>	Freire Júnior - PMDB/TO	Sujeita à apreciação do Plenário	Trabalhista	PL 725/1999, PL 913/1999, PL 2694/2000, PL 3968/2000, PL 4892/2001, PL 5993/2001, PL 6424/2002, PL 843/2003, PL 6443/2002, PL 1127/2003, PL 1495/2011, PL 6804/2002, PL 7108/2002, PL 838/2003, PL 3040/2011, PL 3239/2012, PL 956/2003, PL 1147/2003, PL 2635/2003, PL 3172/2004, PL 3172/2004, PL 3345/2004, PL 3389/2004, PL 5977/2009, PL 6100/2009, PL 525/2011, PL 1251/2011, PL 4806/2016, PL 1252/2011, PL 687/2015, PL 5253/2016, PL 6383/2016

<b>Tipo de proposição</b>	<b>Nº/ Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Tramitação</b>	<b>Tema</b>	<b>Apensados</b>
PL	<a href="#">8295/2014</a>	FLÁVIA MORAIS	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">6152/2016</a>	TAMPINHA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">6077/2016</a>	VANDER LOUBET	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Judiciário	
PL	<a href="#">6038/2016</a>	Angela Albino - PCdoB/SC	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">5972/2016</a>	MARINALDO ROSENDO	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">5911/2016</a>	RAFAEL MOTTA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">2363/2011</a>	SILVIO COSTA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	PL 5102/2013, PL 2256/2015, PL 5708/2016
PL	<a href="#">5031/2016</a>	BALEIA ROSSI	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Judiciário	PL 5692/2016
PL	<a href="#">5646/2016</a>	CRISTIANE BRASIL	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Judiciário	
PL	<a href="#">4977/2016</a>	ALBERTO FRAGA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Sindicatos e Associações	PL 5150/2016, PL 5479/2016
PL	<a href="#">5351/2016</a>	MARINALDO ROSENDO	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Micro e Pequena Empresa	
PL	<a href="#">5245/2016</a>	BONIFÁCIO DE ANDRADA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">5232/2016</a>	ULDURICO JUNIOR	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	PL 6754/2016
PL	<a href="#">5187/2016</a>	GORETE PEREIRA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Judiciário	
PL	<a href="#">5031/2016</a>	BALEIA ROSSI	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Judiciário	PL 5692/2016
PL	<a href="#">4876/2016</a>	MARINALDO ROSENDO	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	PL 6714/2016
PL	<a href="#">427/2015</a>	JORGE CÔRTE REAL	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Judiciário	PL 944/2015, PL 4962/2016
<a href="#">PL</a>	<a href="#">4688/2016</a>	LAERCIO OLIVEIRA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">4497/2016</a>	CARLOS BEZERRA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Judiciário	
PL	<a href="#">4313/2016</a>	JERÔNIMO GOERGEN	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	

<b>Tipo de proposição</b>	<b>Nº/ Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Tramitação</b>	<b>Tema</b>	<b>Apensados</b>
PL	<a href="#">4139/2015</a>	RÔMULO GOUVEIA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	3871/2015	ULDURICO JUNIOR	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">3342/2015</a>	LAERCIO OLIVEIRA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Modalidades de Contratação	
PL	<a href="#">3424/2015</a>	CARLOS BEZERRA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">6239/2013</a>	PAULO PAIM	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	PL 5294/2013, PL 880/2015, PL 7441/2014, PL 1093/2015, PL 2700/2015, PL 3435/2015, PL 4993/2016, PL 6992/2017
PL	<a href="#">2673/2015</a>	SILAS CÂMARA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Modalidades de Contratação	
PL	<a href="#">2369/2015</a>	Domingos Neto - PROS/CE.	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">1875/2015</a>	VALDIR RAUPP	Prioridade - Conclusiva pelas Comissão	Acordo Coletivo	
PL	<a href="#">1870/2015</a>	FERNANDO MONTEIRO	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Modalidades de Contratação	
PL	<a href="#">1782/2015</a>	DIEGO ANDRADE	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">1997/2015</a>	PAULO MAGALHÃES	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">1246/2015</a>	MAURO LOPES	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">1161/2015</a>	ALCEU MOREIRA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Trabalhista	
PL	<a href="#">773/2015</a>	CABO SABINO	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Sindicatos e Associações	
PL	<a href="#">427/2015</a>	JORGE CÔRTE REAL	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Acordo Coletivo	PL 944/2015, PL 4962/2016, PL 6705/2016
PL	<a href="#">6787/2016</a>	PODER EXECUTIVO	Prioridade - Conclusiva pelas Comissão	Trabalhista	
PL	<a href="#">252/2007</a>	<u>Gilmar Machado - PT/MG</u>	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Tributário	



<b>Tipo de proposição</b>	<b>Nº/ Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Tramitação</b>	<b>Tema</b>	<b>Apensados</b>
PLC	<a href="#">57/2010</a>	<u>Gilmar Machado - PT/MG</u>	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Tributário	
PL	<a href="#">2549/1992</a>	Márcio Lacerda - PMDB/MT	Prioridade - Sujeita à Apreciação do Plenário	Trabalhista	PL 1003/1988, PL 1015/1988, PL 3061/1989, PL 339/1991, PL 583/1991, PL 920/1991, PL 379/2015, PL 1165/1988, PL 1613/1991, PL 4770/2009, PL 5067/2009, PL 5666/2009, PL 1185/1988, PL 2271/1991, PL 29/1991, PL 2572/2011, PL 391/1991, PL 6994/2010, PL 966/1991, PL 522/1999, PL 5290/2001, PL 1947/2015, PL 3784/2008, PL 3900/2008, PL 4133/2008, PL 4243/2008, PL 774/2011, PL 5926/2009, PL 532/2011, PL 1540/2011, PL 1881/2011, PL 6868/2013, PL 187/2015, PL 4983/2013, PL 2137/2015, PL 5153/2013, PL 4914/2016, PL 5738/2016
PL	<a href="#">6724/2016</a>	MARINALDO ROSENDO	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Judiciário	
PL	6668/2002				

Tipo de proposição	Nº/ Ano	Autor	Tramitação	Tema	Apensados
					PL 1115/1995; PL 2985/1997; PL 2527/2011; PL 7460/2002, PL 3243/2008; PL 2334/1996; PL 3783/2004; PL 6991/2006, PL 6142/2009; PL 2719/1997; PL 3129/1997; PL 3244/1997, PL 3249/1997; PL 4597/2012; PL 3948/1997; PL 8055/2011; PL 610/1999; PL 948/1999; PL 5244/2001; PL 1242/1999; PL 5795/2013; PL 1644/1999; PL 2409/2000; PL 5436/2001; PL 1567/2003; PL 2658/2000; PL 6340/2002; PL 5700/2013; PL 6071/2013; PL 2767/2000; PL 5007/2001; PL 6938/2002; PL 3975/2012; PL 3128/2000; PL 3260/2000; PL 3510/2000; PL 3641/2000; PL 3812/2000; PL 7477/2002; PL 342/2003; PL 8057/2011; PL 4460/2012; PL 5595/2013; PL 3825/201; PL 5617/2013; PL 5746/2013; PL 5909/2013; PL 1683/2015; PL 3495/2015; PL 7663/2006; PL 160/2007; PL 2381/2007; PL 5769/2009; PL 5902/2016; PL 7689/2006; PL 812/2015; PL 6716/2016; PL 2008/2015; PL 4846/2016; PL 5881/2016; PL 6706/2016; PL 3015/2015; PL 6940/2017; PL 2838/2008; PL
PL	<a href="#">4653/1994</a>	PAULO PAIM	Prioridade - Sujeita à Apreciação do Plenário	Trabalhista	

Tipo de proposição	Nº/ Ano	Autor	Tramitação	Tema	Apensados
MSC	59/2008	PODER EXECUTIVO	Prioridade - Sujeita à Apreciação do Plenário	Trabalhista	
PL	<a href="#">1830/2007</a>	VALDIR RAUPP	Prioridade - Sujeita à Apreciação do Plenário	Trabalhista	O projeto cabeça que tem 68 apensados, entre eles o PL 2540/2015
PL	<a href="#">2795/2011</a>	CARLOS BEZERRA	Ordinária - Conclusiva pelas Comissões	Judiciário	
PL	<a href="#">738/2017</a>	LELO COIMBRA			
PL	6032/2002	Poder Executivo		Greve	
PL	6141/2002	Iara Bernardi		Greve	

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 2017.

Deputado Rogério Marinho  
(PSDB/RN)

### **REQ-7805/2017**

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

07/02/2018

Com fundamento no art. 164, II, do RICD, defiro, parcialmente, o Requerimento n. 7.805/2017. Declaro prejudicados pela edição das Leis n. 13.429/2017 e 13.467/2017 os Projetos de Lei n. 4.193/2012, 7.341/2014, 3.991/2012, 3.833/2012, 8.294/2014, 7.549/2014, 565/2015, 6.986/2013, 6.496/2013, 6.411/2013, 6.322/2016, 6.007/2013, 4.587/2012, 2.362/2011, 2.409/2011, 7.247/2010, 4.797/2012, 6.148/2016, 1.689/2011, 144/2015, 3.069/2015, 6.708/2009, 5.499/2013, 8.060/2014, 2.871/2015, 804/2011, 870/2015, 5.244/2016, 773/2011, 6.431/2009, 4.247/2012, 5.816/2016, 3.831/2008, 6.356/2005, 5.232/2009, 5.353/2009, 5.423/2009, 4.705/2012, 5.031/2016, 5.351/2016, 5.232/2016, 6.754/2016, 5.187/2016, 4.876/2016, 6.714/2016, 427/2015, 944/2015, 4.962/2016, 4.139/2015, 3.342/2015, 3.424/2015, 6.239/2013, 5.294/2013, 880/2015, 7.441/2014, 1.093/2015, 2.700/2015, 3.435/2015, 4.993/2016, 6.992/2017, 1.782/2015, 1.246/2015, 1.161/2015, 773/2015, 427/2015, 944/2015, 4.962/2016, 6.705/2016, 4.653/1994, 1.115/1995, 2.985/1997, 2.527/2011, 7.460/2002, 3.243/2008, 2.334/1996, 3.783/2004, 6.991/2006, 6.142/2009, 2.719/1997, 3.244/1997, 3.249/1997, 4.597/2012, 3.948/1997, 610/1999, 948/1999, 5.244/2001, 1.242/1999, 5.795/2013, 1.644/1999, 2.409/2000, 5.436/2001, 1.567/2003, 2.658/2000, 6.340/2002, 5.700/2013, 6.071/2013, 2.767/2000, 5.007/2001, 6.938/2002, 3.975/2012, 3.128/2000, 3.260/2000, 3.641/2000, 3.812/2000,

7.477/2002, 8.057/2011, 5.617/2013, 5.746/2013, 5.909/2013, 1.683/2015 e 2.795/2011. Por oportuno, declaro prejudicados pela edição das Leis n. 13.429/2017 e 13.467/2017 os projetos de Lei n. 7.421/2017, 7.171/2017, 6.705/2016, 6.715/2016, 8.991/2017, 8.692/2017, 9.032/2017, 160/2007, 5.902/2016, 812/2015, 6.716/2016, 2.008/2015, 4.846/2016, 5.881/2016, 6.706/2016, 3.015/2015, 6.940/2017, 2.838/2008, 3.344/2008, 3.603/2008, 3.610/2008, 6.273/2009, 6.829/2017, 5.293/2009, 7.929/2010, 7.931/2010, 5.757/2013, 5.793/2013, 726/2015, 2.820/2015, 9.068/2017, 4.307/2016 e 4.529/2016. Declaro, ainda, prejudicado pela edição da Lei Complementar n. 150/2015 o Projeto de Lei n. 336/2011. Transcorrido in albis o prazo recursal previsto no § 2º do art. 164 do RICD, arquivem-se os Projetos de Lei declarados prejudicados por meio deste despacho. Por consequência, apense-se (i) o Projeto de Lei n. 8.492/2017 ao Projeto de Lei n. 8414/2017, (ii) os Projetos de Lei n. 3.510/2000, 342/2003 e seus apensos, 7.663/2006 e seus apensos, 7.689/2006, 6.232/2009, 8.055/2011, 3.519/2012, 6.141/2013 e 8.263/2017 ao Projeto de Lei n. 3.129/1997 e (iii) o 8.574/2017 e seu apenso ao Projeto de Lei n. 8.263/2017, tudo nos termos dos art. 142, caput, e 143, II, “b”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se. [ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 7.989/2014: à CTASP e à CCJC (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - art. 24, II, do RICD. Regime de tramitação: Ordinário.][ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 5.692/2016: à CTASP, à CSSF e à CCJC (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - art. 24, II, do RICD. Regime de tramitação: Ordinário.][ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 8.413/2017: à CTASP e à CCJC (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - art. 24, II, do RICD. Regime de tramitação: Ordinário.][ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 8.414/2017: à CTASP e à CCJC (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - art. 24, II, do RICD. Regime de tramitação: Ordinário.][ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 3.129/1997: à CSSF, CTASP e à CCJC (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - art. 24, II, do RICD. Regime de tramitação: Ordinário.].

### **REQ-7805/2017**

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

21/02/2018

Torno sem efeito o despacho referido em epígrafe na parte relativa aos Projetos de Lei n. 8.692/2017, 8.991/2017, 9.032/2017 e 9.068/2017. Em consequência, apense-se o Projeto de Lei n. 8.692/2017 e seu apenso, Projeto de Lei n. 9.032/2017, e os Projetos de Lei n. 8.991/2017 e 9.068/2017 ao Projeto de Lei n. 3.129/1997, nos termos dos art. 142, caput, e 143, II, “b”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se.

<b>FIM DO DOCUMENTO</b>
-------------------------